



Daniel Cavalcante Silva
José Roberto Covac

COMPLIANCE COMO BOA PRÁTICA DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO



A ORIGEM E OS PARCEIROS DA OBRA

- 1 A concepção e a ideia
- 2- A necessidade de inovar para novos tempos
- 2 – Os incentivadores naturais
- 3 – A importância da Covac Sociedade de Advogados e dos sócios na elaboração da obra
- 4- Os clientes e entidades representativas como parceiros importantes
- 5- A parceria com a editora da Saraiva
- 6 O prefácio do Dr. Ives Gandra Martins

MUDANÇA DE PARADIGMAS

DESVIO MILIONÁRIO
Cúpula de Finanças da gestão Kassab é acusada de cobrar propina para reduzir imposto de imóveis

O ESQUEMA

Segundo o Ministério Público

- PEDIDO DE HABITE-SE**
Empresas imobiliárias entregavam como pedido de Habite-se (licença de ocupação) para seus empreendimentos na prefeitura. Esse processo envolve a quitação de ISS (Imposto Sobre Serviço).
- COBRANÇA**
Auditores fiscais da prefeitura emitiam uma guia com valor do imposto muito acima do real.
- DESCONTO**
Para reduzir o valor da cobrança, os funcionários pediam o depósito de uma quantia na conta de um dos suspeitos do esquema. Há casos em que os depósitos alcançaram R\$ 1,8 milhão em apenas um mês.
- LIBERAÇÃO**
No dia seguinte ao pagamento, a certidão de quitação do ISS era liberada, com um valor muito abaixo do cobrado inicialmente. Em uma ocasião, uma construtora fez depósito de R\$ 480 mil e conseguiu a certidão de ISS. Depois de alguns meses, R\$ 1,7 mil.



R\$ 500 milhões
é o rombo estimado nas contas do município devido ao esquema, segundo a prefeitura

OS SUSPEITOS

Operação prendeu quatro pessoas investigadas por corrupção, concussão, lavagem de dinheiro e advocacia administrativa



FOLHA DE S. PAULO



Prefeito sabia de tudo, diz fiscal preso, em gravação

FOLHA DE S. PAULO



Kassab sabia de tudo, diz fiscal preso, em gravação

Presidente do TJ da Bahia é acusado de inflar precatórios

Sindicâncias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça apontam prejuízo de R\$ 448 milhões para o Estado



Receita da corrupção

Novo escândalo milionário na cidade de São Paulo envolve ocupantes de cargos de confiança nas gestões de Kassab e Haddad



PRECEDENTES EPISTEMOLÓGICOS DO COMPLIANCE

- 1 – Corrupção como custo político, social e econômico;
- 2 – A corrupção enfraquece as instituições democráticas e valores morais;
- 3 – O Brasil assumiu o compromisso de combater à corrupção em convenções celebradas com a ONU, OEA e OCDE;
- 4 – Necessidade de modernização do Código Penal brasileiro;
- 5 – Exemplo exitoso na repressão de infrações contra a ordem econômica, por meio do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994); e,
- 6 – Lacuna existente no sistema jurídico pátrio no que tange à responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos ilícitos contra a Administração Pública, em especial, por atos de corrupção e fraude em licitações e contratos administrativos.

CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE COMPLIANCE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

Pressupostos do *compliance* previstos na Lei Anticorrupção

“Mitigação de sanções administrativas em face da existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.”

(art. 7º, VIII, da LAC) – Em suma: a entidade tem que possuir regras de *compliance*.



CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE COMPLIANCE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

O que é *compliance*?

O *compliance*, dentro do cenário corporativo e institucional, pode ser compreendido como um conjunto de disciplinas ou procedimentos que tenham por escopo fazer cumprir (*to comply*) as normas legais e regulamentares, bem como as políticas e diretrizes institucionais, além de detectar, evitar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer dentro da organização.

Onde o *compliance* é comumente utilizado?

Em setores que possuem forte regulação (setor financeiro, hidrelétrico, farmacêutico, etc). O setor educacional é um dos mais regulados do país.



CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE COMPLIANCE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

Escopo:

Manter a instituição resiliente: prevenir e detectar riscos; responder as inconformidades.

Evitar o chamado *Custo de Não Conformidade*:

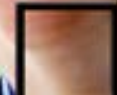
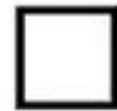
- danos à imagem da organização, de seus funcionários e perda do valor da marca;
- má alocação de recursos e redução da eficiência e da inovação;
- cassação de licença de operação ou outro ato administrativo pertinente (autorização, permissão ou concessão);
- sanções administrativas, pecuniárias e até mesmo criminais, dependendo do caso; e,
- custos secundários e não previstos (advogados, contabilistas, consultores, etc.).



CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE COMPLIANCE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

Benefícios:

- Melhoria na qualidade e velocidade das interpretações regulatórias, políticas e nos procedimentos a estes relacionados;
- Aprimoramento do relacionamento com os órgãos reguladores;
- Melhoria no relacionamento de acionistas, sócios, associados, clientes e partes relacionadas (stakeholders);
- Velocidade de novos produtos e serviços em conformidade para o mercado;
- Disseminação de elevados padrões ético-culturais de compliance pela organização;
- Acompanhamento das correções e deficiências (não conformidade); e,
- Decisões do negócio com base em compliance.



CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE COMPLIANCE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

Qual a função do *compliance* no setor educacional privado?



1 - Tratamento dos conflitos de interesses:

Pactos parassociais (acordos societários); Criação de políticas institucionais (regulamentação de como deve ser a relação com o ente público).

2 - Identificação do risco de *compliance* setorial;

Compliance utilizado em processos de avaliação, regulação e supervisão; cumprimento de requisitos de políticas públicas (Fies, Prouni, Pronatec, políticas públicas municipais, etc); rotinas institucionais (acadêmica, financeira, trabalhista, demandas judiciais, etc);

CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE COMPLIANCE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

Qual a função do *compliance* no setor educacional privado?



3 - Planejamento de políticas e procedimentos;

Compreensão sistêmica do funcionamento do setor e da entidade; gestão integrada de riscos; Elaboração de controles internos de observância obrigatória (Políticas Institucionais, Uniformização de Procedimentos e Código de Ética ou Conduta)

4 - Auditoria contábil, legal, regulatória e acadêmica (validação do programa adotado)

CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE COMPLIANCE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

Como implementar um programa de *compliance* em uma entidade privada de educação?



- 1 – Natureza jurídica da instituição;
- 2 – Segmento de atuação específico;
- 3 – Dimensão ou tamanho da entidade;
- 4 – Tipos de controles já existentes; e,
- 5 – Tipos de gestão ou governança adotada.

Proposição de um modelo de *compliance*:

Chief Compliance Officer - CCO

Comitê de Compliance

CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE COMPLIANCE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

“Damos o nome de prudência à virtude que nos guia na escolha dos meios mais eficazes e mais rentáveis, que nos ensina a evitar os obstáculos dificilmente superáveis e a renunciar a empreendimentos demasiado temerários”.

CHAÏM PERELMAN – ÉTICA E DIREITO

FIM

Contato: daniel.cavalcante@advcovac.com.br
jr.covac@advcovac.com.br